



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. NILSON PINTO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Proíbe a venda de cigarros a menores de dezoito anos, disciplina a propaganda destes e de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação e veiculação e dá outras providências.

DESPACHO:

02/10/1999 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 842, DE 1995)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 26/10/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.629, DE 1999
(DO SR. NILSON PINTO)



Proíbe a venda de cigarros a menores de dezoito anos, disciplina a propaganda destes e de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação e veiculação e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 842, DE 1995)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica proibida a venda de cigarros, bem como dos similares deste, a menores de 18 anos em todo e qualquer estabelecimento, comercial ou não, dentro do território nacional.

§ 1º. Considera-se similares a cigarros, para os efeitos desta lei, os charutos, as cigarrilhas, e demais produtos derivados do tabaco.

§ 2º. A não observância do disposto no *caput* deste artigo acarretará a perda do alvará ou permissão para o funcionamento do estabelecimento, além de multa equivalente a 15.000 UFIR, revertida aos centros de tratamentos de drogados, no município da infração, previamente credenciados junto ao Ministério da Saúde.

§ 3º. O Ministério da Saúde organizará cadastro nacional de centros de tratamento de drogados, para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

Art. 2º. A propaganda de bebidas alcoólicas, cigarros e similares só será permitida, nos meios de comunicação, após às 21 (vinte e uma) horas.

Art. 3º. Fica estabelecido que qualquer propaganda de bebidas alcoólicas, cigarros e similares deve, necessariamente, conter advertência dos perigos à saúde causados pelo seu uso habitual.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo máximo de 60 dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO.



O Poder Público tem o dever de elaborar políticas de proteção às crianças e adolescentes, de acordo com o estatuído no art. 227 do Texto Constitucional em vigor, segundo o qual *“é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde...”* (grifo nosso)


Com esse intuito, o presente Projeto de Lei, objetiva proibir a venda de cigarros a menores de 18 anos, bem como disciplinar a propaganda deste e de bebidas alcóolicas, oportunizando, desta forma, um desenvolvimento saudável para as crianças e adolescentes, já que o vício do fumo e do alcoolismo inicia-se, em muitos casos, antes dos 12 anos de idade.

Estudos recentes demonstram que a facilidade de acesso e a propaganda, agregada a falsos valores sociais, propiciam que milhares de jovens brasileiros, ainda com a personalidade em formação, sejam levados ao consumo de fumo e álcool precocemente.

Por outro lado, dados recentemente divulgados pela imprensa revelam que o governo brasileiro tem gasto, anualmente, mais com a medicina curativa de males ocasionados pelo cigarro e do pelo fumo do que com a arrecadação de impostos dessas indústrias.

É necessário estabelecer limites para restringir o acesso a essas drogas, na tentativa de se preservar a saúde e o bem estar da população jovem. Este é o objetivo do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1999.


Deputado NILSON PINTO
PSDB/PA

Lote: 73
Caixa: 40
PL N° 1629/1999
3

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	02/09/99 às 15:12 hs
Nome	f. pedro
Ponto	13290



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO VII Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;



IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

.....

.....